



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2024  
SEM DISPUTA.  
(Processo TCEES n.º 3959/2024-3)**

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – TCEES**, por meio do Núcleo de Contratações, realizará Dispensa Eletrônica, **sem disputa** com base, na hipótese do art. 75, inciso II, a, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 19, inciso III da Portaria Normativa TCEES Nº 73, de 1 de outubro de 2021, e demais legislações aplicáveis.

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

- 1.1. Contratação de licença de software para gestão de processos judiciais, incluindo serviços de instalação e configuração, treinamento, assistência e suporte técnico, com 04 acessos simultâneos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I.
- 1.2. A aquisição sem disputa está sendo realizada visto que houve Dispensa Eletrônica 025/2024 para aquisição deste mesmo objeto, tendo sido considerada FRACASSADA.
- 1.3. Todas as condições previstas na Dispensa Eletrônica 025/2024 serão mantidas conforme documentos de habilitação exigidos e condições de entrega previstos no respectivo Termo de Referência ( anexo II).

## **2. DISPENSA ELETRÔNICA**

- 2.1. A dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo, disponível no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)





- 2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 2.3. A apresentação da propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste aviso e seus anexos.
- 2.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta N. 029/24 e seus anexos;
- 2.3.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- 2.3.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

### **3. FASE DE LANCES**

- 3.1. Não haverá lances.

### **4. HABILITAÇÃO**

- 4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor .

### **5. CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será convocado.





- 5.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que a empresa deverá cumprir as exigências contidas no TR:
- 5.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.
- 5.4. O prazo de vigência poderá ser prorrogável, respeitada a vigência máxima de 05 (cinco) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.
- 5.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## **6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 6.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 6.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.3. Os fornecedores se submetem as sanções previstas na lei 14.133 de 2021, bem como àquelas expressamente previstas no Termo de Referência e Contrato contidos nos anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 6.4. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 6.4.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação.
  - 6.4.2. ANEXO II – Termo de Referência;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Núcleo de Contratações - NCT*

### 6.4.3. Anexo III - Minuta de contrato

Vitória – ES, 10 de outubro de 2024.

**Giuliano Medina Silva**

Agente de Contratações

Nos termos da Portaria Normativa Nº 62, de 5 de setembro de 2022

## **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



## **1. Habilitação jurídica:**

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;





## **2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;





## ANEXO II

### ANEXO II

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **licença de software para gestão de processos judiciais, incluindo serviços de instalação e configuração, treinamento, assistência e suporte técnico, com 04 acessos simultâneos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as constantes deste Termo de Referência, **prevalecerão as últimas**;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme Resolução TC nº 368, de 25 de novembro de 2022;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato**, prorrogável, respeitada a vigência máxima de 5 (cinco) anos, conforme o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. As especificações e quantidades dos itens objeto desta contratação constam na tabela abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	27464	Licença de direito de uso de software para no mínimo 04 acessos simultâneos, com treinamento e suporte técnico incluso.	Licença	01	R\$ 7.188,00	R\$ 7.188,00





2	26972	Implantação de licença de processos judiciais.	Serviço	01	R\$ 1.472,72	R\$ 1.472,72
3	26972	Migração de dados de processos judiciais.	Serviço	01	R\$ 1.903,50	R\$ 1.903,50

OBSERVAÇÃO: A informação do código de CATSER é uma referência aproximada, com base na especificação do objeto no Compras.gov.

2.2. Execução do Serviço do item 3 "Migração de Dados de Processos Judiciais" será contratado **sob demanda**, de modo que a execução e o respectivo pagamento somente ocorrerão caso seja necessário realizar a migração dos dados. A necessidade de execução será formalmente comunicada pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O TCEES necessita de uma solução de gerenciamento de processos judiciais para facilitação e maior desempenho do trabalho da Consultoria Jurídica (CJU), uma vez que é responsável por representar judicialmente o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e apoiar a Procuradoria Geral do Estado em processos judiciais, nos quais o TCEES é parte ou interessado, permitindo o cadastramento e acompanhamento destes processos em todas as fases e instâncias.

O serviço de gerenciamento de processos judiciais é utilizado no TCEES desde o ano de 2016, onde a CJU gerencia cerca de 364 processos judiciais cadastrados, sendo inviável realizar o acompanhamento manual das movimentações e publicações diárias sem uma solução de software.

A ferramenta permite o acesso diário e automático às informações dos diários de justiça, fornecendo detalhes sobre movimentações relevantes, como decisões, notificações e sentenças, por meio de e-mails. Essas informações são essenciais para o



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913





**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Núcleo de Contratações - NCT*

acompanhamento eficiente dos processos judiciais, garantindo o pleno conhecimento dos andamentos.

Sem essa ferramenta de gerenciamento, seria inviável para a CJU acompanhar adequadamente os processos judiciais, o que poderia resultar em prejuízos para a defesa judicial do TCEES, incluindo a perda de prazos processuais com consequências irreversíveis, ou seja, a ausência dessa ferramenta teria um impacto negativo considerável nas atividades da CJU e na execução dos serviços do TCEES.

Conforme dispõe o art. 48, II do da Resolução TC 261/2013, compete a Consultoria Jurídica, fornecer subsídios jurídicos às questões relativas à administração e excepcionalmente, representar judicialmente o Tribunal e apoiar o órgão de representação judicial. Esta competência estabelecida por esta corte, implica a necessidade de utilização deste serviço.

Diante dessas considerações, faz-se necessário dar continuidade aos serviços de gerenciamento de processos judiciais no âmbito eletrônico, facilitando a compreensão dos prazos judiciais e permitindo o gerenciamento completo das informações, incluindo registro relevantes e geração de relatórios personalizados a Consultoria Jurídica desta Corte de Contas.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante no processo administrativo 03959/2024-3.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



## **Requisitos Gerais**

5.1. O serviço de gerenciamento de processos judiciais deverá ser prestado com eficiência, permitindo o cadastro detalhado das partes, informações sobre a instância, a natureza da ação, e outros dados pertinentes conforme o padrão estabelecido pelo CNJ. Além disso, é essencial que o sistema integre com os tribunais para possibilitar o acompanhamento automático dos andamentos processuais;

5.2. O software deve permitir a leitura e gestão das publicações judiciais, com capacidade para até 600 processos ativos e possibilidade de expansão conforme a demanda. O sistema deve manter registros de todos os processos, incluindo os inativos, assegurando que as publicações sejam acessíveis dentro do software e enviadas por e-mail para ciência imediata;

5.3. O serviço deve incluir o controle de prazos judiciais, cadastro e gestão de processos, e a leitura e alertas de Diários Oficiais. Isso abrange órgãos como o Diário Oficial do Espírito Santo, da União, Diários de Justiça Federal, Trabalhista e Comum da 1ª e 2ª instância, Varas Federais, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Comum, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça e Tribunais Superiores (STF, STJ, TST e TSE), garantindo assim uma abrangência completa e atualizada das movimentações processuais;

## **Requisitos Específicos**

5.4. A contratação da licença de uso dos serviços integrados ao Software, deverá permitir:

5.4.1. A captura automática das movimentações/andamentos processuais a partir dos sites dos tribunais, com capacidade para até 600 processos judiciais ativos;





- 5.4.2. Serviço de gerenciamento de processos, permitindo o cadastro detalhado das partes, informações sobre a instância, a natureza da ação, e outros dados pertinentes conforme o padrão estabelecido pelo CNJ;
- 5.4.3. Captura automática das movimentações/andamentos processuais a partir dos sites dos tribunais;
- 5.4.4. Integração com os Tribunais com possibilidade de acompanhamento automático dos andamentos processuais;
- 5.4.5. Capacidade para leitura e gestão de até 600 processos judiciais ativos e possibilidade de expansão conforme demanda;
- 5.4.6. Gestão completa de processos judiciais, incluindo informações relevantes: citação, intimação, movimentações, prazos, audiências e documentos relacionados;
- 5.4.7. Visualização e gerenciamento de publicações;
- 5.4.8. Vinculação de publicações e processos existentes ou criação de processos a partir das publicações, gerando andamento processual atualizado;
- 5.4.9. Controle de processos judiciais com captura diária e automatizada de andamentos processuais por meio de pesquisas nos Diários Oficiais, utilizando número de processos e nome das partes;
- 5.4.10. Acompanhamento das intimações judiciais do processo físico e eletrônico nos sistemas disponíveis pelos tribunais, utilizando número de processo e nome das partes;
- 5.4.11. Controle de prazos e audiências;





5.4.12. Sistema de alertas e lembretes;

5.4.13. Leitura e alertas de Diários Oficiais de diversos órgãos judiciários, incluindo busca detalhada por partes envolvidas, advogados, órgãos judiciários e datas;

5.4.14. Painel de controle em tempo real, incluindo todas as publicações com prazos em aberto, informações como data final do prazo, número do processo, advogado nomeado e órgão judiciário;

5.4.15. Gerar relatórios personalizados, possibilitando a filtragem por tema, grau de jurisdição, polo ativo, polo passivo, valor da causa, risco, valor de contingenciamento e último andamento;

5.4.16. Migração de dados;

### **Da migração/Implantação**

5.5. Os serviços de implantação/migração deverão englobar a implantação e configuração de toda a solução nos computadores a serem habilitados e informados pelo CONTRATANTE, bem como a migração de todos os dados da solução atual, Novajus Starter, para a nova solução;

5.6. O treinamento para utilização do software deverá ser disponibilizado aos servidores de forma online, com suporte para dúvidas e assistência técnica. Em situações excepcionais, o treinamento poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE que ocorra na modalidade presencial;





5.7. Deverá oferecer suporte técnico para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao sistema operacional, com atendimento no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** após a abertura do chamado, podendo ser realizado presencialmente quando solicitado pelo CONTRATANTE;

5.8. O treinamento ou suporte técnico de forma presencial, mencionados nos itens 5.6 e 5.7 deste Termo de Referência, quando necessário, será realizado na Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em horário comercial das 12h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **8. VISTORIA**

8.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia no local para execução dos serviços.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

9.1. A Execução do serviço se dará da seguinte forma:



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



9.1.1. O início da execução do objeto se dará a partir da emissão da ordem de serviço, com a realização do serviço de migração de dados do sistema anterior, que deverá ser concluído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço. A migração deve ser finalizada antes da disponibilização plena da plataforma, garantindo a integridade dos dados e a continuidade dos serviços;

9.2. A prestação do serviço deverá ser ininterrupta, estando disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, incluindo sábados, domingos e feriados, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente comunicadas;

### **Dos prazos de Entrega e critérios de Recebimento**

9.3. A disponibilização plena da plataforma deverá ocorrer no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da migração de dados. A plataforma deve estar totalmente operacional e disponível via internet, com login e senha informados para o cadastro dos usuários que utilizarão as assinaturas (4 acessos, no mínimo);

9.4. Em caso de desacordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência, o *software* deverá ser rejeitado, devendo ser substituído, sem ônus para o CONTRATANTE, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**;

9.5. Após a execução, os serviços serão recebidos:

9.5.1. **PROVISORIAMENTE**, pelo fiscal titular, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a disponibilização plena da plataforma, com a verificação de que a plataforma está operando plenamente conforme as especificações deste Termo de Referência;

9.5.1.1. O recebimento provisório dos serviços não implica em sua aceitação





definitiva;

9.5.1.2. O recebimento deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-lo ao responsável pelo recebimento definitivo;

9.5.1.3. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo no software.

9.5.2. **DEFINITIVAMENTE**, pelo fiscal titular, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a aceitação do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais e a operação plena da plataforma;

9.5.2.1. No recebimento definitivo, depois de verificada a conformidade dos serviços e o atendimento das exigências contratuais, o fiscal titular atestará o serviço mediante a emissão de termo detalhado;

9.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela execução da contratação e pelo bom andamento da prestação do serviço, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua efetiva utilização;

9.7. Os serviços que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da notificação escrita, sem ônus para o CONTRATANTE, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;





9.8. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar eventual defeito ou substituição, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação do defeito, sem ônus para o CONTRATANTE;

9.9. A recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas apontadas pelo CONTRATANTE e/ou se recusar a substituir o software reprovado nos testes será considerado descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência;

9.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### **Procedimentos de Transição e Finalização Contratual**

9.11. O processo de transição contratual se inicia a partir do momento em que a CONTRATADA assume as responsabilidades pelos serviços prestados, preparando-se para o início efetivo da operação;

9.11.1. A transição contratual envolverá questões ligadas a perfis de acesso, transferência de conhecimento, documentação, implantação e migração de dados, dentre outros;

9.11.2. Caso, a empresa CONTRATADA seja a mesma que atualmente presta serviços ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, não haverá necessidade de providências prévias ao início da execução contratual.

9.11.3. Caso exigido pela CONTRATANTE, ao final da vigência contratual, a CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de dados, conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda das







informações, podendo ser exigido, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **Do Suporte e Manutenção**

9.12. A CONTRATADA deverá promover os serviços de suporte e manutenção corretiva e evolutiva do Software, garantindo sua atualização conforme as versões recentes, durante a vigência do contrato.

9.12.1. Manutenção corretiva: suporte para correção de eventuais erros e defeitos operacionais comprovados, que impliquem no funcionamento da ferramenta.

9.12.2. Manutenção evolutiva: disponibilização para o CONTRATANTE de nova versão ou atualização, de acordo com o plano de desenvolvimento do produto da CONTRATADA;

9.12.3. Suporte: Atendimento aos chamados de dúvidas e erros relacionados a ferramenta.

## **Da Prova de Conceito (PoC)**

9.13. Será realizada verificação de amostra do objeto (Prova de Conceito) para averiguar se a solução apresentada pela interessada detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades descritas no Termo de Referência;

9.14. A empresa classificada em primeiro lugar deverá fornecer, no **prazo máximo de 02 (dois) dias corridos**, a contar da convocação, o acesso gratuito ao sistema para a realização da Prova de Conceito (PoC);





9.15. A Prova de Conceito permitirá a realização de testes na ferramenta a ser fornecida, a fim de comprovar o cumprimento de todos os requisitos exigidos na contratação, conforme as condições abaixo:

9.15.1 **04 (quatro)** acessos gratuitos ao programa objeto da contratação, por um período de **5 (cinco)** dias úteis, para verificação do atendimento às funcionalidades requeridas;

9.15.2 Acesso ao suporte técnico da empresa, para esclarecimento de dúvidas quanto ao acesso e uso das ferramentas;

9.15.3 Acesso à biblioteca virtual para consultas básicas de uso.

9.16. A Prova de Conceito será realizada de forma remota, sendo que a plataforma ou meio de comunicação, bem como o link de acesso, serão divulgados conforme especificado no item 9.14 deste Termo de Referência;

9.17. É facultado à Administração a remarcação da data de apresentação, mediante solicitação fundamentada por parte do interessado, desde que apresentada com antecedência mínima de **24 horas** da data marcada para sua realização;

9.18. A Prova de Conceito será realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e conduzida por servidores da Consultoria Jurídica (CJU), que avaliarão os seguintes **aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade**:

#### **9.18.1. Eficiência e Detalhamento no Gerenciamento de Processos Judiciais**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve permitir o cadastro detalhado das partes, instâncias, natureza da ação e demais dados pertinentes conforme as diretrizes do CNJ. Além disso, deve integrar-se aos sistemas dos tribunais, possibilitando o acompanhamento automático dos andamentos processuais, sem falhas ou atrasos.





### **9.18.2 Capacidade de Leitura e Gestão de Publicações Judiciais**

- Padrão de Aceitabilidade: O software deve suportar até 600 processos judiciais ativos, com a possibilidade de expansão conforme a demanda. As publicações judiciais devem ser centralizadas no sistema e automaticamente enviadas por e-mail para ciência imediata dos responsáveis.

### **9.18.3. Controle de Prazos Judiciais e Gestão Abrangente de Processos**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve oferecer um controle eficaz dos prazos, com alertas sobre datas importantes, e permitir o cadastro detalhado e a gestão de processos. O serviço deve incluir a leitura e a emissão de alertas sobre publicações nos Diários Oficiais dos órgãos judiciais, abrangendo desde a Justiça Estadual até os Tribunais Superiores (STF, STJ, TST e TSE).

### **9.18.4. Captura Automática de Movimentações Processuais**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve capturar automaticamente as movimentações processuais a partir dos sites dos tribunais para até 600 processos ativos, garantindo a atualização em tempo real das informações.

### **9.18.5. Gestão Completa de Processos Judiciais**

- Padrão de Aceitabilidade: A solução deve permitir a gestão de todos os aspectos relevantes dos processos, como citações, intimações, movimentações, prazos, audiências e documentos, integrando essas informações de forma acessível e atualizada.

### **9.18.6. Acompanhamento de Intimações e Movimentações**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve possibilitar o acompanhamento de intimações tanto de processos físicos quanto eletrônicos, garantindo precisão e tempestividade nas informações processuais.

### **9.18.7. Sistema de Alertas e Lembretes**



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



- Padrão de Aceitabilidade: Deve ser oferecido um sistema confiável de alertas e lembretes sobre prazos e audiências, com notificações configuráveis via e-mail e na interface do sistema.

#### **9.18.8. Painel de Controle em Tempo Real**

- Padrão de Aceitabilidade: A solução deve incluir um painel de controle em tempo real, que forneça acesso a todas as publicações com prazos em aberto e permita a visualização rápida e organizada das informações mais críticas, como data de vencimento dos prazos e detalhes dos processos.

#### **9.18.9. Relatórios Personalizados**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve gerar relatórios detalhados e personalizáveis, permitindo a filtragem por tema, grau de jurisdição, polo ativo/passivo, valor da causa, risco, contingenciamento e o último andamento processual.

#### **9.18.10. Interface Didática e Intuitiva com Controle de Prazos e Alertas Configuráveis**

- Padrão de Aceitabilidade: O sistema deve oferecer uma interface amigável e intuitiva, com acessibilidade e fácil navegação. O controle de prazos deve ser claro e destacado na interface inicial, com visibilidade imediata dos prazos em aberto e próximos do vencimento. Além disso, o sistema deve gerar automaticamente relatórios diários sobre os prazos em aberto, com fácil acesso na interface e envio automático por e-mail. O sistema também deve permitir a configuração de alertas para prazos diários e próximos do vencimento, com notificações via interface e e-mail, garantindo uma gestão proativa dos prazos.

9.19. Após a apresentação da PoC, será emitido parecer técnico e fundamentado, aprovando ou desaprovando a amostra, com motivação objetiva baseada nos parâmetros previamente estabelecidos neste Termo de Referência;





9.20. Caso a amostra não seja aprovada, a proposta será desclassificada, e será convocada a empresa classificada em segundo lugar para a apresentação da amostra. O processo seguirá com a verificação das amostras subsequentes até que uma amostra atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

## **10. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

10.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TCEES poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações





contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, os termos da Resolução TC 370/2023;

11.6.1 A gestão do contrato será exercida por servidor indicado pela Secretaria Administrativa (SAD) e designados, formalmente, pela Secretária-geral Administrativa e Financeira (SEGAFI), para desempenhar as atividades de gestão, nos termos da Resolução TC 370/202;

11.6.2. O **Fiscal Titular** será exercido por servidor devidamente indicado pela unidade demandante e formalmente designados pela Administração, para acompanhar a entrega dos objetos conforme este Termo de Referência, nos termos da Resolução TC 370/2023.

11.7. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TCEES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

11.8. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;





12.2. Garantir o suporte técnico, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, podendo a respectiva solicitação ser formulada por telefone, e-mail ou página na internet para esclarecimento de dúvidas relativas aos aspectos técnicos relacionados ao uso do software assim como para orientação e acompanhamento da solução de problemas, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE;

12.3. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços entregues, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de **1 (um) dia útil** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

12.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

12.9. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato, dando plena ciência ao CONTRATANTE, bem como respondendo integralmente por sua omissão;





12.10. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;

12.11. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;

12.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.13. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em **até 1 (um) dia útil** caso haja qualquer alteração;

12.14. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

12.15. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de **1 (um) dia útil**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.16. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;







12.17. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação na contratação direta;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

12.21. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

12.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.23. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre





limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.26. Garantir absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações que a vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);

12.27. Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pelo CONTRATANTE para execução do contrato;

12.28. Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato;

12.39. Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos;

12.40. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência e seus anexos;

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



13.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

13.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em **até 1 (um) dia útil**, qualquer alteração deste no curso do contrato;

13.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA **após 2 (dois) dias úteis** do seu envio.

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;

13.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos;

13.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;





13.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

13.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

13.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

13.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

## **14. DAS SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21;
- iv. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- v. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da contratada, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- vi. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas no Termo de Referência.





14.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);

14.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

14.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21.





14.5.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

14.5.3. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

## 15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. O pagamento será em **parcela única**, mediante o fornecimento ao TCEES de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até **20 (vinte) dias corridos**, após a respectiva apresentação;

15.1.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

15.1.2. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice VRTE de correção monetária.

15.1.3. O valor do pagamento dos serviços executados/produtos fornecidos será apurado mensalmente observando-se os resultados apurados no Instrumento de Medição de Resultado aferido mensalmente.

15.2. Para emissão da Nota Fiscal deverá ser observada a Instrução Normativa RFB Nº 2.145, de 26 de junho de 2023 que alterou a IN RFB nº 1.234/2012 que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública "art. 2º -A" na sobredita norma legal, estendendo tal obrigatoriedade de retenção de imposto de renda aos estados, Distrito Federal e municípios. "Art. 2º-A. Os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

15.3. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, CNPJ nº 28.483.014/0001-22, o nome do Banco a ser creditado, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência;

15.4. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal, conforme a legislação vigente, em nome do CONTRATANTE, discriminando os serviços prestados e/ou produtos fornecidos, bem como os valores correspondentes;

15.5. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, eles serão devolvidos à empresa



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913





CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

15.6. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

15.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.8. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao TCEES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

15.9. O TCEES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações, na forma do inciso IV do art. 139 da Lei 14.133/2021;

15.10. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

15.11. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por meio de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;





15.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

15.13. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.14. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

15.15. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

16.1. As despesas decorrentes da execução desta contratação correrão à conta da Ação 2018, Elemento de Despesa 3.3.90.40, Função de Governo 01, Subfunção de Governo 032, Programa 0540, Categoria Econômica 3, do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

## **17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 10.564,22 (dez mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços;

17.2. O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no Mapa Comparativo de Preço;

17.3. Será considerada vencedora a **proposta mais vantajosa**, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

17.4. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço;

17.5. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

17.6. Os orçamentos providos pelos fornecedores na fase interna da contratação e as propostas apresentadas na fase externa terão prazo de validade mínimo de 60 dias.

## **18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**18.1. O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de dispensa de licitação pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75,**



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**inciso II da Lei n.º 14.133/ que culminará com a seleção da proposta de menor preço;**

18.2. O **regime de execução** do contrato será empreitada por preço global;

18.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, nos moldes previstos no edital.

## **19. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

19.1. As especificações técnicas, objetivos, justificativas e contornos da contratação foram elaboradas pela servidora Liane Gaspar Citty Charpinel e revisadas pelo coordenador Eliezer Soares Rocha Júnior, do Núcleo de Serviços e Fiscalização – NSF assim como Cristiane Pereira de Souza Camargos pela Consultoria Jurídica – CJU, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar 00100/2024-1, cujos esclarecimentos e informações poderão ser prestados através do e-mail [nsf.servidores@tcees.tc.br](mailto:nsf.servidores@tcees.tc.br);

19.2. A compilação das informações mencionadas no item 19.1 e a elaboração dos demais itens deste Termo de Referência foram estruturadas pela coordenadora Milena Curto Ribeiro de Souza e revisadas pela servidora Márcia Aparecida de Almeida Rocha Rezende, do Núcleo de Contratações - NCT, cujos esclarecimentos e informações poderão ser prestados através do e-mail [nct.servidores@tcees.tc.br](mailto:nct.servidores@tcees.tc.br).

Vitória – ES, 28 de agosto de 2024.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Contratações - NCT

## ANEXO III – MINUTA CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TCEES E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua José Alexandre Buaiz, nº 157, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP nº 29.050-913, inscrito no CNPJ sob o nº 28.483.014/0001-22, neste ato representado pelo Sr. FABIANO VALLE BARROS, Secretário-Geral Administrativo e Financeiro, por delegação de competência, nos termos da Portaria Normativa nº 002/2024, de 04/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE e empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por seu representante legal Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo TC nº 3959/2024, resolvem celebrar este Termo de Contrato decorrente de contratação direta por dispensa de licitação, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, e ainda, nos casos omissos aplicar-se-á o art. 89 do mesmo diploma legal. Este Contrato será regido mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Instrumento a contratação de licença de *software* para gestão de processos judiciais, incluindo serviços de instalação e configuração, treinamento, assistência e suporte técnico, com 04 acessos simultâneos;



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



1.2. A descrição do(s) item(ns), condição(es), quantidade(s) e exigência(s) estão estabelecidas no Termo de Referência - peça 38 dos autos mencionado no preâmbulo deste Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Vinculam esta contratação, independente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo TC nº 3959/2024, em especial, o Termo de Referência - peça 38 dos autos mencionado no preâmbulo deste Contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência retromencionado.

## CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da Ação 2018, Elemento de Despesa 3.3.90.40, Função de Governo 01, Subfunção de Governo 032, Programa 0540, Categoria Econômica 3, do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – exercício 2024.

## CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

5.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogável, respeitada a vigência máxima de 05 (cinco) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. O valor global da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme Anexo I,



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



deste Instrumento;

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência;

7.2. Os pagamentos serão efetuados no Banco \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_ e Conta Corrente nº \_\_\_\_\_, ficando a CONTRATADA responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias.

## CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da consolidação dos dados da contratação estimado, em julho de 2024 - peça 19 dos autos mencionado no preâmbulo deste Contrato.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo;





8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA constam no Termo de Referência, bem como as determinadas na legislação, entretanto, ressalta-se que:

9.1.1. Constitui obrigação da CONTRATADA, manter, durante a execução contratual, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

9.1.2. Constitui ainda, obrigação da CONTRATADA cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz em consonância com o art. 92, XVII da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1. Da Garantia de Contratação;

10.1.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar;

10.2. Da Garantia do Serviço;

10.2.2 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;







11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa eletrônica;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do Contrato;

11.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Contrato;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/21;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 14.1 do Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 14.1 do Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, ambas constantes no item 14.1 do Termo de Referência, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §





5º, da Lei nº 14.133/21;

11.2.4. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.5. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à contratante a rescisão contratual por culpa da contratada, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.6. Aplicam-se a este Contrato as multas compensatórias previstas no Termo de Referência;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato e no Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/21);

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato e no Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/21);

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/21);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/21;

11.5.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados





conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.5.3. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

12.2. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento: Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis;

13.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento;

13.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

13.3.1 - Notificar imediatamente ao CONTRATANTE;

13.3.2 - Auxiliá-lo, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;





13.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular;

13.4 - Necessidade: As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento;

13.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade;

13.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;

13.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança: Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

13.8 - A CONTRATADA deverá notificar ao CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança;

13.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança;

13.10 - Transferência internacional: É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável;

13.11 - Responsabilidade: A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021





e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

13.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante ao CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada;

13.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pelo CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais;

13.14 - A CONTRATADA deve auxiliar ao CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato;

13.15 - Se o CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causado;

13.16 - Eliminação: Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando o CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.”

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Nos casos de extinção do Contrato, serão aplicados os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. O referido Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, bem como no Portal Nacional de Contratações





**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Contratações - NCT

Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitória/ES, \_\_\_\_\_ de setembro de 2024.

Fabiano Valle Barros

Tribunal de Contas - TCEES

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

## ANEXO I

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	27464	Licença de direito de uso de software para no mínimo 04 acessos simultâneos, com treinamento e suporte técnico incluso.	Licença	01	---0---	---0---



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaziz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Contratações - NCT

2	26972	Implantação de licença de processos judiciais.	Serviço	01	---0---	---0---
3	26972	Migração de dados de processos judiciais.	Serviço	01	---0---	---0---
Valor global do Contrato						---0---

**OBSERVAÇÃO:** A informação do código de CATSER é uma referência aproximada, com base na especificação do objeto no Compras.gov.



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaziz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913